

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO CUSTO BENEFÍCIO

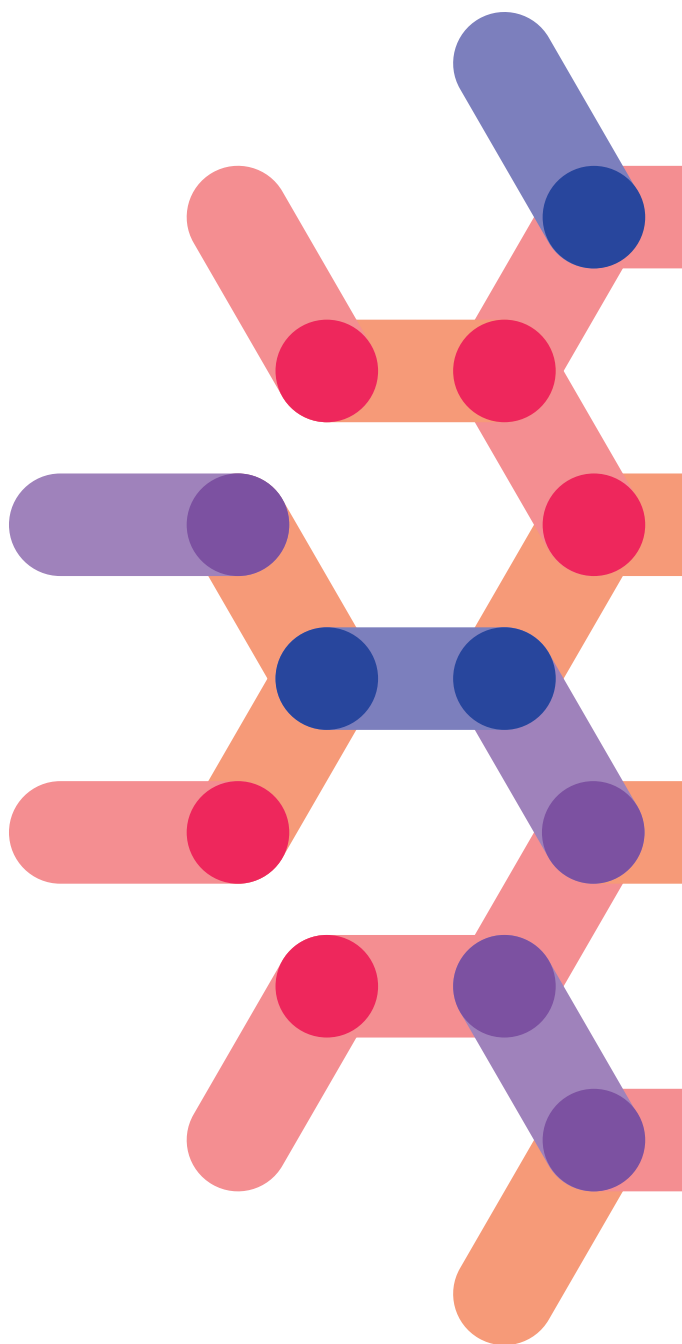
Fevereiro de 2021

Por Laís Faleiros, Gerente de Projetos do IDIS

Cada vez mais dentro do contexto dos investimentos socioambientais, os doadores e gestores de organizações buscam mensurar os benefícios que suas ações geram para a sociedade. O uso da lógica da razão entre custo e benefício é válida nestes casos, porém seu cálculo pode se tornar complexo, uma vez que benefícios sociais podem apresentar um alto grau de subjetividade.

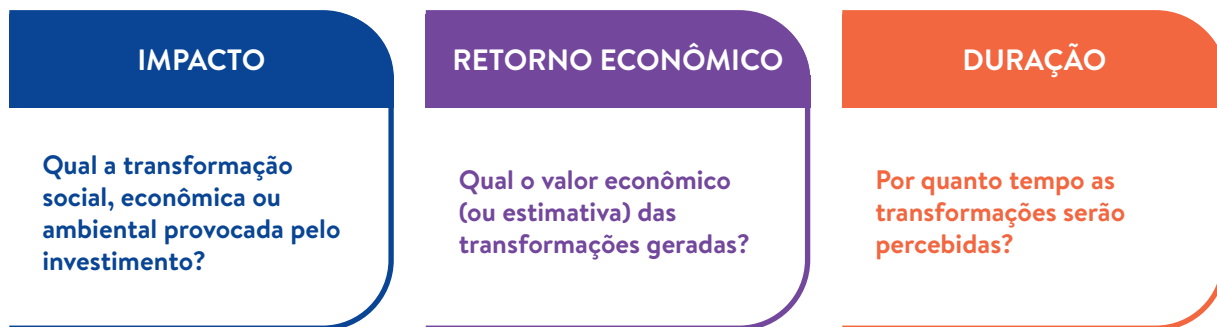
Nesta Nota Técnica, apresentamos uma revisão das principais metodologias para avaliar essa relação, com especial destaque para a Análise Custo-Benefício (ACB) e um comparativo entre uma ACB realizada dentro e fora do protocolo SROI – Social Return on Investment (Retorno Social do Investimento)¹.

¹ Para saber mais sobre o protocolo SROI acesse nossas [publicações](#).



A ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO (ACB) PARA INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

A Análise Custo-Benefício (ACB) para investimentos socioambientais é uma forma de analisar informações sistematicamente e emitir um juízo de valor sobre elas, de modo a estabelecer uma base de evidências para a tomada de decisão de investidores e gestores. Para realizar uma ACB é preciso levantar informações a respeito de três pontos-chave:



IMPACTO

Conhecer o impacto social dos investimentos socioambientais é um grande desafio para muitas organizações². Quando tratamos de impacto, nos referimos às mudanças que o projeto causou em seus beneficiários ou território, ou seja, é sobre aquilo que mudou após a intervenção, após determinado período de tempo.



Situação inicial antes da implementação do projeto ou "marco zero"

Para avaliar os benefícios de uma intervenção socioambiental são utilizadas técnicas de avaliação de impacto, que irão fornecer subsídios para compreender as transformações causadas pelo projeto ou programa. Existem três grandes linhas metodológicas de mensuração de impacto:

- Métodos experimentais: utiliza-se do artifício de constituir um grupo de pessoas não-participantes da intervenção por meio de atribuição aleatória, denominado grupo de controle. A aleatoriedade deve buscar garantir que não existirão diferenças entre as características, observáveis ou não, do grupo de pessoas participantes (grupo de tratamento) e do grupo de pessoas não participantes (grupo de controle).

² Sobre esse tema conheça também nosso artigo ["Tendências e Desafios da Avaliação de Impacto no Brasil"](#).

- Métodos quase-experimentais: estes métodos também comparam um grupo de participantes e não participantes do projeto, porém a seleção dos grupos não é feita de forma aleatória como nos estudos experimentais, mas sim com seleção a partir de técnicas de pareamento (aquelas utilizadas para definir grupos de comparação com os grupos beneficiados), com base em características observadas tanto nos grupos de controle quanto no de tratamento.
- Métodos não experimentais: definem grupos de controle hipotéticos, ou utilizam estratégias não baseadas em grupos através da mensuração de indicadores auto-reportáveis, ou seja, onde os próprios beneficiários reportam sobre a causalidade dos impactos por ele percebidos.

A escolha do método deve ser coerente com a amplitude, duração e objetivos estratégicos do investimento socioambiental. Os métodos experimentais e quase experimentais permitem maior isolamento dos impactos, porém exigem maior disponibilidade de recursos (financeiros, humanos, técnicos) e são recomendados para investimentos de grande amplitude, como, por exemplo, em políticas públicas. Os métodos não experimentais, por sua vez, são aplicáveis à diferentes magnitudes de investimento, desde programas de parcerias públicas privadas³, à projetos financiados por investimento social privado⁴.

RETORNO ECONÔMICO

Uma vez compreendidos quais são os impactos do investimento e em qual medida eles ocorreram, é necessário estimar o seu valor social, transformando-os em valores monetários. Essa conversão é necessária para que o benefício seja comparável ao custo.

Para monetizar o retorno econômico dos impactos utilizamos combinações de proxies (aproximações) financeiras. A pesquisa de *proxies* compatíveis com os impactos pode se embasar em diferentes métodos. Conheça alguns deles.

1. Preço de mercado: o mais comum dos métodos, envolve pesquisar no mercado o custo de um produto ou serviço que gera impactos similares àqueles avaliados.
2. Disposição para pagar (*willingness to pay/accept*): este método consiste em pesquisar, por meio de grupos focais ou enquetes, o quanto alguém estaria disposto a pagar por um determinado benefício social, ou qual valor aceitaria receber como compensação por um impacto negativo.
3. Value Game: consiste em realizar pesquisa qualitativa ou enquetes para entender o valor que o indivíduo atribui à determinado impacto, ou seja, o quanto ele acha que vale monetariamente aquele impacto.
4. Experimento de escolha (*choice experiment*): apresenta-se ao indivíduo diferentes cenários (com valores monetários estipulados) para que ele escolha aquele que melhor representa os impactos.
5. Custo evitado: calcula-se o quanto evitou-se de gastar devido aos benefícios gerados pelo investimento socioambiental.

³ Conheça a [avaliação do Projeto Guri](#), executado tecnicamente pela Santa Marcelina Cultura

⁴ Conheça a [avaliação do Programa Valorizando uma Infância Melhor](#), financiados e executados pela FLUPP (Fundação Lucia e Peterson Perido)

DURAÇÃO

Compreender a duração do benefício é essencial para demonstrar por quanto tempo os impactos permanecerão, de modo que seja possível calcular o impacto ao longo do tempo, com as devidas correções monetárias.

A duração pode ser estimada perguntando diretamente às pessoas impactadas sua percepção. Como nem sempre isso é possível, pode-se utilizar-se estatísticas de outras pesquisas aplicadas como, por exemplo, estimar a probabilidade de quando ex-infratores começarão a transgredir novamente ou quando pessoas empregadas irão perder seus empregos.

Além de mensurar por quanto tempo os benefícios são percebidos é preciso também compreender como esses benefícios declinam ao longo do tempo, o seu *drop-off*. Isso significa compreender, por exemplo, se uma intervenção com um período de benefício de 10 anos tem o seu impacto reduzido de maneira linear, 10% ao ano, ou se a redução acontece 80% no primeiro ano e os outros 20% são reduzidos ao longo dos 9 anos seguintes.

O CÁLCULO CUSTO-BENEFÍCIO

A partir da disponibilidade da magnitude dos impactos, da monetização e do período de benefício, o próximo passo é calcular o valor presente do impacto (valor no momento presente dos benefícios estimados no período). Para tanto devemos utilizar uma taxa de desconto no impacto ao longo dos anos do período de benefício.

“O desconto reconhece que as pessoas geralmente preferem receber dinheiro hoje em vez de amanhã, porque existe um risco (por exemplo, de que o dinheiro não seja pago) ou porque há um custo de oportunidade (por exemplo, ganhos potenciais por investir o dinheiro em outro lugar). Isso é conhecido como o ‘valor temporal do dinheiro’. Um indivíduo pode ter uma alta taxa de desconto - por exemplo, se você aceitasse duas unidades de moeda no período de um ano, em vez de uma unidade agora, que implicaria numa taxa de desconto de 100%.”

IDIS, p.52, 2012.

Apresentamos abaixo uma ilustração do cálculo do Valor Presente do impacto:



Esta é uma simplificação do cálculo do valor presente do Impacto, que deve considerar seu período de benefício e *drop off* (queda ao longo do tempo). A partir deste cálculo conseguimos encontrar a razão do custo benefício, que consiste em comparar o valor presente do impacto com o valor do investimento.

Análise Custo Benefício

(=)

Valor Presente do Impacto

(/)

Valor Investido

A razão da ACB pode ser traduzida da seguinte maneira: para cada 1 real investido foram gerados x reais em benefícios. Esta maneira de representar a razão entre custo e benefício de um projeto ou programa pode ser um facilitador em processos de captação de recursos e no diálogo com investidores sociais privados e esferas governamentais.

O SROI E A SUA RELAÇÃO COM A ACB

Uma das formas de se realizar uma análise custo benefício de intervenções sociais e ambientais é aplicando o protocolo SROI- Social Return on Investment (ou Retorno Social sobre Investimento), que se concentra em compreender não apenas questões monetárias, mas também o seu valor na sociedade⁵.

O diferencial do SROI está nos seus protocolos de mensuração do impacto, que são na maioria de casos não-experimentais, integrando métodos mistos de coleta de dados, ou seja, qualitativos e quantitativos, tornando a análise mais participativa, acessível e factível para diferentes tipos de programas e projetos.

O protocolo SROI segue alguns princípios avaliativos durante sua aplicação, o que dá robustez e qualidade ao processo de mensuração, tornando-o confiável, participativo e transparente.

De maneira prática, uma avaliação SROI é também uma ACB, porém o protocolo, a partir dos princípios 1 a 3, exige que os *stakeholders* sejam sempre ouvidos no processo avaliativo, realizando pesquisas qualitativas e quantitativas para compreender e mensurar os impactos através da percepção de valor dos beneficiários. Os princípios 4 e 5 buscam assegurar o cuidado de não incluir na avaliação aquilo que foi não percebido como importante pelos beneficiários e não clamar por impactos atribuídos a outros agentes.

Outro ponto diferencial do SROI é que ele prevê, nos princípios 6 e 7, a constante transparência de seus processos de mensuração, além da verificação dos resultados por meio de análises de sensibilidade e do reporte dos resultados aos stakeholders.

1. Envolvimento dos *stakeholders*

2. Compreensão das mudanças causadas

3. Valorização das coisas que importam aos beneficiários (ou ao território)

4. Inclusão somente do que for material (materialidade)

5. Não reivindicação em excesso

6. Transparência no processo e no reporte de resultados

7. Verificação do resultado

⁵ Caso queira saber mais sobre o SROI consulte o [Guia para o Retorno Social do Investimento](#)

CONCLUSÃO

A análise custo benefício (ACB) é um instrumento possível de ser utilizado para qualquer tipo de investimento, apresentando complexidades quando aplicado à área dos investimentos socioambientais, já que calcular o valor social da intervenção exige maior capacidade de pesquisa de *proxies* financeiras correspondentes.

Apesar da ACB não exigir a coleta de dados no campo, como o SROI, é uma análise interessante e que requer menos recursos para sua realização e pode ser realizada para estimar previamente o impacto potencial de uma iniciativa.

Independente da forma de realização, a ACB é uma metodologia que contém um certo nível de subjetividade, mas é suficientemente poderosa para provocar reflexões e apoiar o processo de tomada de decisão, assim como facilitar o diálogo com investidores e fortalecer a mobilização de recursos para investimentos socioambientais.



A geração e disseminação de conhecimento é um dos pilares para o atingimento de nossa missão. Por meio de publicações, notas técnicas, artigos, cursos, capacitações e eventos, inspiramos, apoiamos e ampliamos o investimento social privado e seu impacto.

Conheça nossa produção em www.idis.org.br